

KLESTER CAVALCANTI



O NOME DA MORTE

 **Planeta**

Trecho antecipado para divulgação. Venda proibida.

Sumário

Prefácio	11
Nota do autor	15
O primeiro serviço	21
A caminho da Guerrilha do Araguaia	43
A captura de José Genoino	61
A segunda morte	101
Gênese de pistoleiro	131
487 mortes catalogadas	155
O descanso do matador	191

Trecho antecipado para divulgação. Venda proibida.

Prefácio

UM LIBELO CONTRA A SÍNDROME DA FRIGIDEZ EDITORIAL (SFE)

*Geneton Moraes Neto**

Qualquer médico recém-formado é capaz de dar o diagnóstico: o primeiro sintoma é uma leve taquicardia. O segundo é um reflexo muscular – quase involuntário – que faz as sobrancelhas ficarem parcialmente arqueadas. O terceiro é o movimento compulsivo das mãos em busca de uma caneta ou um gravador. Pronto. Não há margem de erro: o ser bípede que exhibe esses sintomas quando se encontra com um personagem interessante é um repórter de verdade.

Se tiver a mania brasileira de se autoexaminar, o jornalista Klester Cavalcanti deve ter notado tais sintomas no próprio corpo no momento em que descobriu o personagem principal deste livro. Porque Klester é um repórter de verdade, desde sempre (aviso aos navegantes: o homem que matou centenas de pessoas é uma dessas figuras inacreditáveis que fazem do Brasil um colorido catálogo de espantos. Ah, a imbatível vocação brasileira para produzir pontos de exclamação em série...).

Como eu quase ia dizendo, antes de ser interrompido por mim mesmo: Klester faz parte da matilha de fuçadores de boas

histórias e belos personagens. Matilha? Sim: repórteres podem ser chamados de matilha, sem ofensa, porque são (ou deveriam ser) como cães que passam o tempo todo fuçando o terreno em busca de uma caça suculenta, geralmente escondida sob a superfície visível a olho nu. O resultado da investida: a descoberta de histórias e personagens capazes de saciar a fome de novidades que move e anima as redações.

O matador que atraiu as atenções do repórter Klester é um exemplo de uma caçada bem-sucedida. Depois de seguir uma pista, obtida durante a apuração de outra reportagem, o jornalista localizou o personagem agora retratado em livro. Mas, antes de tornar pública a saga sangrenta desse brasileiro, Klester teve de se dedicar a um trabalho de convencimento que se arrastou por sete anos. Reportagem é paciência.

Jornalistas que, ao contrário de Klester Cavalcanti, não apresentam as reações fisiológicas típicas de um repórter podem mudar de atividade. Não farão falta à profissão, porque devem ter sido contaminados há tempos pela Síndrome da Frigidez Editorial (SFE).

O que diabos é SFE? Pretendo, em breve, enviar um ofício à Organização Mundial de Saúde para anunciar a descoberta dessa desgraça: a SFE é, comprovadamente, provocada por um vírus que invade o sistema nervoso de jornalistas entediados, especialistas na triste tarefa de extinguir o fogo dos repórteres. É gente que, em geral, prefere as delícias do ar-condicionado. Repórter que é repórter faz a opção preferencial pela rua.

O que fazem os jornalistas que se deixam atacar pelo vírus da SFE? De tanto lidar com o extraordinário, perdem a capacidade de se comover diante de uma boa história ou de dar um imaginário soco de vibração no ar quando o repórter chega à redação com uma novidade embaixo do braço. Terminam jogando no lixo histórias e personagens que, com toda certeza, o público gostaria de conhecer. Mas não conhece. Já se disse que o melhor jornal é aquele que vai para a lata de lixo. Verdade. A culpa é da Síndrome da Frigidez Editorial.

O antídoto para esse mal é a adrenalina que faz um repórter como Klester se embrenhar no coração do Brasil em busca de histórias como a desse brasileiro que exercita o dedo indicador no gatilho de uma arma. Klester já é diplomado em Brasil: os dois anos em que atuou como correspondente da revista *Veja* na Amazônia valeram como um curso intensivo de situações extraordinárias.

Aqui, ele não se limita a reproduzir as palavras do personagem: a partir do que ouviu-se de diversos documentos que conseguiu amearhar –, faz um trabalho de reconstituição de cenas, diálogos, paisagens, gestos, sensações, num dedicado exercício de arqueologia jornalística.

Espantos de todos os calibres povoam as páginas deste livro. Quer saber qual pode ser o preço de uma vida? Algo como 30 quilos de arroz, 20 de feijão, 10 de café, 10 de açúcar, 5 de queijo, 10 latas de óleo e 12 garrafas de cachaça.

Quer saber quais são os mandamentos do matador? O primeiro é: não matar mulher grávida. O segundo: não roubar bens da vítima. O terceiro: não matar outros pistoleiros. O quarto: não deixar o pagamento para depois. O quinto: não matar a vítima enquanto ela estiver dormindo.

Não quero estragar as surpresas. Paro por aqui. Passo a palavra ao narrador. Histórias como esta – que Klester Cavalcanti reconstitui – fazem a alegria íntima dos repórteres. São dramáticas? São. São violentas? São. São chocantes? São. O País Tropical é assim, crianças. O chamado “Brasil profundo” não é para amadores. Mas é prato cheio para repórteres.

Quer ver?

* Geneton Moraes Neto foi jornalista e repórter desde 1972. Autor de livros-reportagem como *Dossiê Brasília: os segredos dos presidentes* (São Paulo: Editora Globo 2005) e *Dossiê Moscou* (São Paulo: Geração Editorial, 2004), sobre a primeira eleição presidencial realizada na Rússia depois do fim da União Soviética.

Nota do autor

Foram necessários sete anos de conversas para que Júlio Santana me autorizasse a colocar o seu verdadeiro nome neste livro. Na primeira vez em que nos falamos, em março de 1999, ele concordou em me contar sua história, mas não queria revelar sua identidade nem permitir que eu – ou qualquer pessoa – o fotografasse. Nada mais compreensível. O homem com quem eu passaria a conversar a partir daquele dia – a uma média de uma entrevista por mês – é um assassino profissional que, em 35 anos de trabalho, já matou quase 500 pessoas. Mais precisamente, 492 mortes, das quais 487 foram devidamente registradas num caderno, com data, local do crime, quanto ele recebeu pelo serviço e, o mais importante, os nomes dos mandantes e das vítimas.

Meu primeiro contato com esse intrigante cidadão brasileiro ocorreu durante a produção de uma reportagem sobre trabalho escravo. À época, março de 1999, eu era correspondente da revista *Veja* na Amazônia, função que desempenhei durante pouco mais de dois anos. Para a referida reportagem, eu e o fotógrafo Janduari Simões viajamos a várias cidades do Pará, à procura de pessoas que já tinham sido escravizadas e de fazendeiros que mantinham escravos em suas propriedades. Numa operação da Polícia Federal e do Ministério da Justiça, no município de

Tomé-Açu, um dos policiais disse que era comum na região os fazendeiros contratarem pistoleiros para matar parentes – geralmente, filhos ou irmãos – dos trabalhadores escravos que fugiam das fazendas. Essa era uma forma de forçar o escravizado a voltar ao trabalho.

Diante do meu interesse em conversar com um desses matadores, um dos agentes da Polícia Federal que participava da operação em Tomé-Açu disse que conhecia um pistoleiro e que falaria com ele para ver se poderia me passar seu telefone. Para quem conhece os bastidores da polícia brasileira, infelizmente não é novidade observar essa relação amigável entre policiais e criminosos. Mas só acreditei que o agente da PF realmente iria me passar o contato do matador quando ele me ligou, dois dias depois, para dizer que já tinha conversado com o pistoleiro e que eu poderia telefonar para ele no dia seguinte, às 14h em ponto. O número que recebi era de um telefone público, que ficava em frente a uma padaria da cidade de Porto Franco, no Maranhão. Naquela quinta-feira, 18 de março de 1999, numa conversa que durou quase meia hora, soube que o nome do homem cuja história eu queria contar era Júlio Santana e que ele havia cometido seu primeiro homicídio aos 17 anos, em 1971.

Pela conversa e tom da voz, Júlio não me pareceu um sujeito violento nem agressivo. Falava de forma compassada, serena e tinha um carregado sotaque nordestino. O que ficou claro, logo nesse primeiro contato, era que o homem estava ávido por contar sua história. “Se você quiser, eu lhe conto tudo. Nunca falei essas coisas para ninguém”, ele me disse. Antes de terminarmos a conversa, combinamos de voltar a nos falar dali a cinco dias, no mesmo horário. Tão logo desliguei o telefone, fiz uma ligação para o então editor-executivo da *Veja*, em São Paulo, Laurentino Gomes, o responsável por aprovar minhas sugestões de reportagens. Ele ficou empolgado com a ideia de fazermos um perfil de um assassino de aluguel. Mas não poderíamos publicar uma história tão fantástica e contundente sem divulgar, ao menos, o nome

verdadeiro do personagem. Se o matador concordasse em posar para uma foto, seria melhor ainda. A cada vez que eu falava com Júlio, ficava mais fascinado por sua história. Mas também diminuía minhas esperanças de que ele concordasse que publicássemos seu nome e sua foto. Pelo menos, a curto prazo.

Nos últimos sete anos, mantive minhas conversas com o homem que já matou quase 500 pessoas e que nunca teve outra atividade profissional na vida. A cada telefonema, nossa relação ficava mais estreita. Sentia que ele passava a confiar mais em mim e a contar suas histórias de forma cada vez mais sincera e emocionada. Vez ou outra, eu voltava a falar sobre a minha vontade de relatar a sua vida – já com a ideia de transformá-la em livro –, mas que, para isso, era imprescindível que ele me autorizasse a divulgar seu nome verdadeiro e sua foto. Júlio permanecia irredutível. Mas eu tinha certeza de que, um dia, ele mudaria de ideia. Foi o que aconteceu em janeiro de 2006, quando, durante uma conversa, Júlio me disse que tinha decidido largar a vida de matador para viver com a mulher e os dois filhos em outro estado, longe do Maranhão.

Com essa informação, consegui convencê-lo de que seu maior medo – o de ser preso, caso seu nome aparecesse no livro – não fazia mais sentido. Morando em outro estado e levando uma vida totalmente diferente da que tinha até então, ele jamais seria encontrado pela polícia. “Mas se você colocar a minha foto no livro, eles me pegam”, Júlio me disse. Eu expliquei que a foto era imprescindível, mas que usaríamos algum efeito técnico para tornar o seu rosto irreconhecível. E, numa prova de confiança extrema, ele, finalmente, permitiu que eu colocasse seu nome e sua foto no livro. Neste livro. Faltava, ainda, algo muito importante: encontrar o matador pessoalmente. Até então, todas as minhas conversas com Júlio Santana haviam sido por telefone. Eu não sabia que aparência ele tinha, como andava, como se sentava, como sorria. Não conhecia a casa na qual ele vivia, nem sua mulher e seus filhos. Para ver tudo isso e conhecer o universo que construiu esse fascinante per-

sonagem da realidade brasileira, eu viajei, em abril de 2006, para Porto Franco, onde Júlio e a família viviam. Ali, passei três dias ao lado de um homem calmo, bem-humorado, caseiro, carinhoso com a mulher e com os filhos e muito religioso. Um homem aparentemente comum. Perfil bem diferente dos assassinos que povoam a literatura e o cinema.

Com três blocos de anotações preenchidos exclusivamente com as minhas conversas com Júlio, passei a outra fase do trabalho: procurar outras fontes, como documentos e pessoas, que confirmassem – ou não – os relatos do protagonista deste livro. Nessa busca, entrevistei quase quarenta pessoas – de policiais a garimpeiros que trabalharam em Serra Pelada, passando por parentes de pessoas assassinadas por Júlio – e tive acesso a inquéritos policiais e a processos judiciais. Foi confortante constatar que essas fontes, tanto as pessoas quanto os documentos, comprovavam exatamente tudo o que Júlio havia me contado, além de me fornecerem informações detalhadas sobre os casos relatados neste livro. Um dos depoimentos mais surpreendentes foi do ex-deputado e ex-presidente do Partido dos Trabalhadores José Genoíno Neto.

Num de seus relatos, Júlio Santana havia dito que tinha participado da captura de José Genoíno durante a Guerrilha do Araguaia, em abril de 1972. Para atestar a veracidade dessa história, marquei uma entrevista com Genoíno, na sua casa, em São Paulo. Durante a conversa, falei a Genoíno que uma fonte minha – não revelei quem era – havia dito que participara da sua captura no Araguaia. Conteí a história de acordo com tudo o que Júlio me dissera, incluindo detalhes mínimos, como, por exemplo, a cor do cachorro que estava na cabana na qual prenderam o então guerrilheiro. Ao fim do meu relato, José Genoíno confirmou tudo. E disse: “Com certeza, esse sujeito estava lá. Você acabou de me contar detalhes que eu nunca falei para ninguém”. Genoíno lembrava até de que, no grupo que o capturou, havia um rapaz bem mais jovem do que os outros integrantes. Era Júlio Santana, que, à época, tinha 17 anos.

A história que você lerá nas páginas a seguir retrata a vida de um homem que nasceu numa vila no meio da selva amazônica e que tinha tudo para se tornar um pescador pacato, esquecido nos rincões da floresta, como tantos que existem na Amazônia. Uma gente abandonada pelas autoridades e pelo governo, em cujos povoados até hoje não há energia elétrica, água encanada, esgoto, escolas, postos de saúde. Onde a segurança é inexistente e a polícia não põe os pés. Um universo naturalmente belíssimo, habitado por animais fascinantes e forrado de árvores centenárias e rios que parecem não ter fim. Desse mundo fabuloso e inóspito, saiu Júlio Santana, um brasileiro que passou a vida matando brasileiros. E engana-se quem pensa que os crimes aconteciam apenas nos cafundós da Amazônia. Em seus 35 anos de profissão, Júlio matou pessoas em vários estados, incluindo São Paulo, Paraná, Bahia e Goiás. Mas sempre se orgulhou em declarar que jamais assassinou ninguém por ódio ou vontade própria. “Só mato quando me pagam para matar”, ele me disse inúmeras vezes. E apesar das quase 500 mortes que carrega nos ombros, Júlio Santana só foi preso uma única vez, em maio de 1987. Ele espera não passar por isso novamente.

O primeiro serviço

JÁ HAVIA CERCA DE TRÊS HORAS, JÚLIO SANTANA estava à espreita do pescador Antônio Martins, em plena selva amazônica, na divisa do Maranhão com o norte de Goiás – atual estado do Tocantins, fundado em outubro de 1988. O calor era intenso. Mas Júlio sentia um frio estranho e um embrulho no estômago. Encolhido entre árvores seculares, algumas com mais de 40 metros de altura, ele mantinha o pescador sob a mira de sua espingarda. Da mata, Júlio podia ver Antônio sentado em sua canoa, que flutuava num braço do rio Tocantins. Sabia perfeitamente o que fazer. “É só dar um balaço no coração. E fim de papo”, pensava. Para um garoto que acabara de completar 17 anos e que nunca tinha dado um tiro numa pessoa, no entanto, a tarefa não parecia tão simples.

Com 1,76 metro de altura e 65 quilos, Júlio era magro, tinha o rosto ainda imberbe, nariz largo, lábios finos e cabelos crespos, escuros. A pele morena realçava os olhos castanho-claros. Naquela tarde de 7 de agosto de 1971, ele tentava fazer o que seu tio, o policial militar Cícero Santana, lhe ordenara na noite anterior: “Mire no coração e imagine que você vai atirar num animal, numa caça”. Mas atirar num homem causava incômoda estranheza ao rapaz. Não era como matar pacas, queixadas, macacos e veados, como Júlio estava acostumado a fazer para ter comida

em casa. Perturbado diante daquela insólita situação, se sentou no solo ainda úmido da chuva da noite anterior. Colocou a espingarda entre as pernas e, com as costas apoiadas numa castanheira, pensou em como chegara até ali.

Tudo havia começado dois dias antes. Por volta das 5h da tarde, Júlio retornava da mata. Depois de quase quatro horas de caçada, voltava para casa trazendo, nos ombros, um jovem veado. A carne do animal serviria para alimentar a família durante pelo menos uma semana. O rapaz estava orgulhoso. Tinha matado o bicho com um único tiro, certo, na frente. Júlio morava com os pais – seu Jorge, 43 anos, e dona Marina, 38 – e os dois irmãos mais novos – Pedro, 14, e Paulo, 11. A família vivia numa casa de madeira de uma comunidade ribeirinha, fincada às margens do rio Tocantins, no município de Porto Franco, sudoeste do Maranhão. No início dos anos 1970, a região era totalmente isolada e cercada de florestas virgens, e Porto Franco tinha cerca de 2 mil habitantes – hoje, o município tem 21 mil moradores.*

A casa não tinha divisões internas. O fogão a lenha ficava à frente e à esquerda de quem entrava. Uma tábua atravessada no chão separava o fogão e os utensílios da cozinha – três panelas, alguns talheres, dois facões e cinco copos de vidro – de um móvel de madeira construído por seu Jorge e que fazia as vezes de guarda-roupa. Não havia mesa nem cadeiras. Energia elétrica ainda não chegara àquelas bandas – até hoje, muitas comunidades da região não têm acesso à energia. Havia cinco redes, que estavam sempre armadas e nas quais dormiam os integrantes da família. Júlio tinha, ainda, um irmão mais velho, Joaquim, 21, que havia deixado a casa dos pais aos 18 anos e viajado para São Luís, a capital maranhense, onde acreditava conseguir uma vida melhor. A família jamais voltou a ter notícias do primogênito.

* De acordo com o censo demográfico, 2010, IBGE.

Antes mesmo de chegar em casa na volta da caçada, Júlio notou, amarrada a um tronco, a voadeira – canoa de alumínio, movida a motor – do tio Cícero. À época com 31 anos, Cícero Santana havia crescido naquela mesma região. Ao completar 15 anos, foi tentar a vida em Imperatriz, também no Maranhão. Certo dia, apareceu em Porto Franco vestido de soldado e dizendo que tinha entrado para a Polícia Militar. Era o orgulho da família. Cícero adorava caçar, pescar, andar pela mata. Foi com ele que Júlio aprendeu a atirar. Aos 11 anos, o garoto já conseguia acertar um animal “do outro lado do rio”, a uma distância de cerca de 100 metros. As muitas horas que passavam juntos percorrendo a selva, treinando tiro, caçando, pescando e nadando pelas águas barrentas do rio Tocantins produziram uma amizade forte e admirada por todos.

Ao ver a voadeira do tio, Júlio sacudiu o veado nos ombros e apressou o passo. Fazia duas semanas que Cícero não visitava a família. Era comum, ao menos uma vez por mês, o policial militar passar alguns dias descansando na casa de Júlio. Antes de entrar, o rapaz largou o animal na porta. Correu em direção ao tio, orgulhoso.

— Tio, vem ver o bicho que eu peguei. É um veado novinho. Matei com um balaço na cabeça, como o senhor me ensinou. Deve ter uma carne deliciosa — disse Júlio.

— Muito bem, rapaz — respondeu Cícero, sorrindo para o irmão, seu Jorge. Vamos ver esse bicho — disse ele, abraçando o sobrinho.

Naquela noite, a lua cheia deixava a floresta totalmente iluminada. Sua luz refletia no rio Tocantins, dando a impressão de estar amanhecendo. Durante o jantar – peixe frito, com arroz e farinha de mandioca –, Cícero comentou a respeito da presença de militares de São Paulo, de Brasília e do Pará na região que vai de Porto Franco a Marabá, no sudeste do Pará. As pequenas cidades da área estavam repletas de homens do Exército.

— Eles dizem que estão à procura dos comunistas que estão escondidos nas matas do rio Araguaia e por aqui também — disse o policial militar.

— Por aqui, não se fala em outra coisa — comentou seu Jorge, o pai de Júlio. Já o garoto não demonstrava a menor preocupação em entender o assunto em discussão.

— Os homens do Exército falam que esses comunistas querem dismantlar o Brasil e que a gente não pode deixar isso acontecer. O Exército está até convocando o povo da região para ajudar nessa guerra.

— E o povo vai ajudar como, Cícero? — perguntou dona Marina ao cunhado.

— Eu tenho um amigo que é delegado de Xambioá [cidade do norte do Tocantins, às margens do rio Araguaia]. Ele disse que o Exército precisa de gente que conheça muito bem as matas dessa região, para servir de guia nas operações na selva, e de gente que saiba atirar, para ajudar na caça aos comunistas — respondeu Cícero.

Ao ouvir a resposta do tio, Júlio, que até então não se interessara pela conversa, manifestou-se:

— Eu sei atirar e conheço a selva todinha. O senhor me leva para esse trabalho, tio? — pediu o rapaz.

— Para de falar besteira, menino! Está pensando que isso é brincadeira? — disse dona Marina, de forma severa, repreendendo o filho.

Para aplacar o calor adurente, Cícero e Júlio saíram para dar um passeio de voadeira, logo após o jantar. Era pouco mais de 7h da noite. Pegaram um braço do Tocantins e, vinte minutos depois, pararam a voadeira numa praia de uns 100 metros de extensão, no coração da selva. Tiraram a roupa e entraram na água morna. Conseguiram ouvir a algaravia da bicharada dentro da selva. Tucanos e araras não paravam de gritar. Ouviram até o esturrar de uma onça. Acostumados com a vida na Amazônia, sabiam que não precisavam se preocupar com a fera. Uma onça jamais entraria no rio para atacar uma pessoa. Muito menos na Floresta Amazônica, onde um predador daquele porte não teria dificuldades em encontrar alimento.

Cícero apanhou a garrafa de cachaça que trouxera no barco e ofereceu a Júlio.

— Não beba demais para não ficar bêbado. Não quero que a sua mãe venha me dar lição de moral de novo — disse Cícero, que já havia sido repreendido várias vezes por dona Marina por oferecer bebida ao sobrinho.

Mas Júlio gostava de cachaça. Desde garoto, aprendeu a apreciar a bebida com o tio. Não conseguia gostar do sabor da cerveja, mas não dispensava uma cachaça. Os dois ficaram conversando, dentro d'água, por mais de uma hora. Os assuntos dominantes eram futebol, caçadas e mulheres. Cícero era o único da família a quem Júlio já havia contado sobre o namoro que estava tendo com Ritinha, uma menina de 14 anos, pele morena, olhos grandes e boca carnuda, que morava numa vila a uma hora de canoa a remo da casa de Júlio. O romance pueril começara havia dois meses.

— Ela é linda, tio — disse o garoto.

— E tem o corpo bonito também?

— Nem me fale. Ritinha tem umas pernas e uma bunda que me deixam doidinho.

— Vocês já fizeram?

— Fizeram o quê, tio?

— Você sabe, Julão — disse Cícero, referindo-se ao sobrinho pelo apelido que lhe havia dado, devido ao quase 1,80 metro do rapaz. Ninguém mais chamava Júlio assim.

— Não, tio. A gente ainda não fez, não — respondeu o garoto, com um sorriso sem graça. — Mas só não fez porque ela não deixou. Eu já tentei duas vezes. Ela deixa eu pegar nos peitinhos, na bunda. Mas quando estou chegando lá, Ritinha tira a minha mão e diz que ainda é cedo.

— Muito bem. Continua tentando que uma hora dessas ela abre as pernas.

Júlio lembra de não ter gostado da forma como o tio falou da menina. Mesmo assim, achou engraçado e ficou mais confiante de que, cedo ou tarde, perderia a virgindade com Ritinha. Ainda estavam na água quando Cícero disse estar sentindo frio.

— Está doente, tio? Um calor dos infernos desse e o senhor vem dizer que está com frio! — falou o rapaz.

— Acho que já estamos na água há muito tempo, Julão. Vamos voltar para a areia.

Saíram da água e retornaram para a praia. Cícero, mesmo depois de se enxugar com a própria camisa, continuava reclamando do frio. Disse estar sentindo, também, dor de cabeça.

— Acho que esse banho me fez mal. Vamos voltar para casa.

Quando chegaram, Cícero foi direto para a rede. Seu Jorge e os outros dois filhos – Pedro e Paulo – já dormiam. Dona Marina, que estava deitada numa rede ao lado da do marido, se levantou. A primeira coisa que fez foi cheirar a boca do filho. Não sentiu o cheiro da cachaça. Mas sabia que Júlio e Cícero haviam bebido. Ambos tinham mascado gengibre para espantar o odor da aguardente. E dona Marina sabia que mascar gengibre, à noite, depois de um passeio de barco, só tinha uma função.

— Vocês disfarçaram o bafo de cachaça com o gengibre, não é? Pensam que me enganam? — disse ela. — Pelo menos, você não parece estar bêbado, como ficou da outra vez — falou, dirigindo-se ao filho.

— Só tomei dois goles, mãe — disse Júlio, que era sempre muito respeitoso com os pais.

— É. Mas parece que o seu tio bebeu o resto da garrafa. Não consegue nem ficar em pé.

— Não é isso, não, mãe. Ele está passando mal. Disse que está com dor de cabeça e com frio.

Dona Marina se aproximou do cunhado, que gemia e reclamava de dores por todo o corpo. Ela pousou a palma da mão direita na testa de Cícero. Deixou a mão escorregar pelo rosto, até chegar ao pescoço. Certamente, ele estava com febre alta.

— Onde está doendo, Cícero? — perguntou dona Marina.

— No corpo todo, Marina. No corpo todo — ele respondeu.

Dona Marina cobriu o cunhado com dois lençóis – o dela e o de Júlio –, colocou um pedaço de pano ensopado de cachaça

sobre a testa dele e decretou: “Isso é malária”. Cícero ouvia, preocupado, mas não tinha forças para pronunciar nem uma palavra sequer. Dona Marina voltou para a rede e deixou Júlio com a responsabilidade de ficar de olho no tio. “Se ele piorar, me chame”, ela disse. O garoto passou o resto da noite ao lado de Cícero, que não parava de gemer. No meio da madrugada, Júlio adormeceu sentado no chão de madeira, apoiado à rede na qual o tio estava deitado.

Às 7h da manhã, todos já estavam acordados. Cícero permanecia na rede, reclamando da febre e de dores no corpo. Disse estar se sentindo enjoado. A família tomou o café da manhã – pão, mandioca e peixe frito, com café. Seu Jorge levou um pão e um copo de café para Cícero. Ele não queria comer, mas o irmão o obrigou. Cícero acreditava ter contraído malária numa de suas viagens a trabalho, pelos rincões da selva. Agora, não havia nada a fazer, a não ser esperar os sintomas da doença passarem – até hoje, não há remédio contra a malária. Dona Marina tratava o veado que Júlio caçara no dia anterior. Seu Jorge havia saído para pescar algo para o almoço. E Pedro e Paulo tinham ido, na canoa a remo, para a escola pública da comunidade: uma casa de madeira, erguida numa vila, a trinta minutos de barco da casa da família. Na escola, ensinava-se até a 4ª série, que Júlio concluía aos 14 anos. Com Cícero doente, ele sentia-se obrigado a permanecer ao lado do tio.

Os dois estavam sozinhos em casa. Naquele momento, Cícero iniciou uma conversa que jamais deixaria de atormentar a cabeça de Júlio. Deitado numa rede, ao lado do tio, o garoto reclamava do intenso calor daquela manhã quando Cícero disse:

— Julão, preciso que você faça algo muito sério e importante para mim. Mas você não pode contar a ninguém. Nem para os seus pais nem para os seus irmãos. E nem para Ritinha. Para ninguém mesmo.

— Pode falar, tio.

— Isso é muito sério, Julão.

— Eita, tio! Já disse. Pode falar. Pode confiar em mim.

— Eu sei que posso confiar em você. É por isso que você é a única pessoa a quem eu posso pedir isso.

— Que agonia danada! Fala logo, tio.

Primeiramente, Cícero fez uma revelação que deixou Júlio surpreso e assustado. Para aumentar seus ganhos, conciliava o trabalho na Polícia Militar com uma atividade pouco usual. Era matador de aluguel. Tinha entrado para o mundo da pistolagem havia quase dois anos. Júlio não quis acreditar no que ouvia. O tio que ele tanto amava era um assassino. Um homem que matava pessoas por dinheiro. Ele ouvia tudo aquilo com os olhos arregalados e o coração acelerado. Chegou a pensar que o tio estivesse brincando ou delirando sob o efeito da febre. Mas Cícero falava com tanta frieza e segurança que não deixava dúvidas. Era tudo verdade. Mais inusitada ainda era a maneira pela qual Cícero entrara para a bandidagem.

Ele contou a Júlio que, certa vez, em outubro de 1969, durante uma operação da PM, o batalhão do qual fazia parte prendeu três homens suspeitos de serem os executores de quatro trabalhadores rurais nas redondezas do município de São Francisco do Brejão, no oeste do Maranhão. Para o espanto de Cícero, que havia entrado para a PM dois anos antes, um dos suspeitos era um conhecido seu, Arnaldo da Silva, que vendia frutas em Imperatriz. Quando perguntou a Arnaldo por que ele tinha se metido no negócio da pistolagem, Cícero ouviu algo que despertou o seu interesse. Os mandantes dos assassinatos pagavam cerca de mil cruzeiros ao pistoleiro – mais de quatro vezes o valor do salário mínimo da época, que era de 225 cruzeiros. Era mais do que o dobro do que Cícero recebia por um mês de trabalho na PM.

— O senhor virou bandido por causa de dinheiro, tio? — perguntou, atordoado, Júlio.

— Eu não sou bandido, rapaz. E se eu não fizer esse trabalho, com certeza vai aparecer gente para fazer. Ou seja, o infeliz vai morrer de qualquer jeito. Assim, pelo menos eu ganho um dinheiro a mais.

— Mas o senhor é policial! Como é que o senhor pode ser policial e bandido ao mesmo tempo?

— Júlio, eu já falei: eu não sou bandido. E é graças a esses serviços, que eu faço por fora, que consigo dinheiro para comprar algumas coisas. Você acha que eu comprei a minha voadeira com motor com que dinheiro?

As palavras saíam da boca de Cícero entrecortadas. A respiração estava pesada, lenta. A conversa prosseguiu. Cícero reiniciou dizendo que estava ali a trabalho. Havia viajado de Imperatriz para Porto Franco – uma distância de 97 quilômetros – não apenas para rever o irmão e o sobrinho. Tinha sido contratado para matar um pescador da região. A vítima seria Antônio Martins, 38 anos, nascido em São Geraldo do Araguaia, no sudeste do Pará. De ascendência gaúcha, o pescador era conhecido como Amarelo – a razão do apelido eram o cabelo loiro e a pele clara. Antônio costumava contar, gabando-se, que fugira de São Geraldo do Araguaia depois de ter assassinado, a facadas, o homem com quem sua namorada o traía. Todos na região o conheciam por essa história. Inclusive Júlio. O que o deixava ainda mais aterrorizado.

— O senhor vai matar Amarelo, tio? — indagou o rapaz, com a fala ofegante e levantando-se da rede.

— Senta, Júlio. Para que essa agonia?

— Para que essa agonia? O senhor está doido? Só pode ser, tio. O senhor vai matar Amarelo e quer que eu fique calmo? — continuou Júlio, andando pela sala de pouco mais de 6 metros quadrados.

— Fala baixo, menino. Você quer que sua mãe escute nossa conversa?

— Mãe está lá na frente, na margem do rio, limpando o veado. Não dá para ela ouvir.

— Se você continuar falando alto desse jeito, ela vai ouvir, sim. Senta aí na rede e fica calmo. Eu não vou matar Amarelo. Não tenho forças nem para levantar da rede, quanto mais para matar aquele safado.